

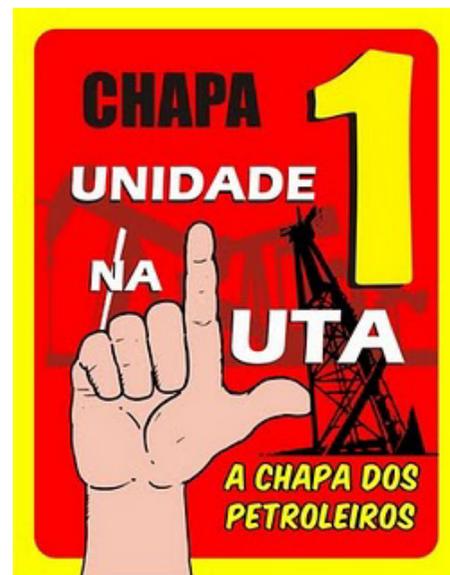
Primeira Mão

Edição 973

FUP - Filiada à CUT, CNQ e DIEESE

14 a 21/01/2011

Chapa FUPISTA “Unidade na Luta” vence eleição no Sindipetro - CE



Após três dias da eleição, os petroleiros filiados ao Sindipetro-CE encerraram o processo eleitoral que elegeu a nova diretoria do sindicato. Duas chapas disputaram a eleição que foi encerrada nesta quinta-feira, 13. A chapa 1 – “Unidade na Luta”, apoiada pela FUP e composta pela maioria dos atuais diretores do sindicato, venceu o pleito, com 60% dos votos válidos. A coordenação do Sindipetro-CE continua sob a responsabilidade do petroleiro Orismar Holanda Gomes.

A posse da nova diretoria será realizada no dia 28 de fevereiro. Para os representantes da FUP, a Chapa 1 é a que melhor representa a unidade nacional, fator imprescindível na luta sindical.

Na próxima terça-feira, 18, petroleiros somam-se à CUT-CTB e demais centrais sindicais em defesa do mínimo de R\$580,00

A valorização do salário mínimo continua sendo uma das principais reivindicações de 2011. Para a CUT e demais centrais sindicais brasileiras, o aumento real do salário mínimo para R\$ 580,00 é um elemento chave para dar continuidade ao avanço da distribuição de renda e no combate às desigualdades sociais. Diante disso, nesta terça-feira, 11, os dirigentes das seis centrais sindicais definiram um calendário de mobilizações para impedir qualquer retrocesso neste sentido. As mobilizações serão iniciadas na próxima terça-feira, 18 – Dia de Luta em Defesa do Salário Mínimo, em São Paulo, em frente à Receita Federal. A FUP também se soma à convocatória, chamando todos os seus sindicatos a apoiarem à estratégia unificada das centrais para lutar pela manutenção da política de valorização do salário

Conforme os sindicalistas, ao ampliar em 53% o ganho real dos trabalhadores durante o governo Lula, a medida, acordada com as centrais, beneficiou diretamente mais de 47 milhões de pessoas (trabalhadores, aposentados e pensionistas), fortalecendo o poder de compra e vitaminando o mercado interno, o que teve papel fundamental no enfrentamento aos impactos negativos da crise internacional.

Além do aumento real do mínimo para R\$ 580,00, CUT, Força Sindical, CGTB, CTB, NCST e UGT decidiram priorizar a atualização da tabela do Imposto de Renda – uma vez que sem reajuste o trabalhador acaba pagando mais, ao mudar de alíquota de contribuição – e o reajuste de 80% nos benefícios das pensões e aposentadorias que recebem acima do salário mínimo. Dialogando com esta

pauta, além da mobilização do dia 18, também será realizado um ato que voltará a incorporar os idosos nesta batalha. A mobilização foi nomeada como Dia do Aposentado e acontece no dia 24.

As centrais também definiram o envio de um pedido de audiência com a presidenta Dilma Rousseff para tratar emergencialmente da questão do mínimo, já que o aumento anunciado pelo governo de R\$ 510 para R\$ 540 não contempla sequer a inflação do período. Conforme as centrais, os R\$ 540 previstos no Orçamento de 2011 e estabelecidos na Medida Provisória 516 representam uma variação nominal de apenas 5,88% em relação ao valor anterior de R\$ 510, sendo inferiores até mesmo aos 6,47% apontados pelo INPC, jogando um balde de água fria na política de valorização.

Universalização da banda larga – uma luta de todos!

Há tempos, o Plano Nacional de Banda Larga é tema de grandes debates entre os ativistas da comunicação. Agora, com a disputa pela definição de um novo marco regulatório para os meios de comunicação, o PNBL tem causado polêmica entre as corporações que dominam a mídia.

Por medo de perderem seus lucros astronômicos, audiência e poder de manipular a sociedade, as multinacionais das telecomunicações declararam guerra ao plano lançado oficialmente pelo governo Lula, em junho de 2010, e que prevê a universalização da internet de alta velocidade para toda a sociedade, através de investimentos de R\$ 13,2 bilhões num plano com a meta de atingir 40 milhões de casas conectadas com banda larga até 2014 – com um custo unitário que varia de R\$ 15 a R\$ 35.

No Brasil, muitas famílias têm acesso à internet, porém, o serviço ainda não contempla a maioria da população, já que a Internet Banda Larga está concentrada nas regiões sul e sudeste do país. O preço da banda larga é outro obstáculo que dificulta a ampliação do número de usuários, por isso, fica claro que o setor privado não é suficiente para garantir a universalização do acesso.

Além da democratização da informação, o objetivo do PNBL é reduzir as desigualdades sociais e regionais do país, possibilitando novas ferramentas de lazer, cultura e educação para a população, num espaço com interatividade, que desperte o senso crítico da sociedade. Durante a última batalha eleitoral, tivemos uma prévia do poder do uso da internet para desmitificar fatos e lutar contra a hegemonia dos conglomerados de comunicação. Agora, o povo precisará avançar na sua politização, organização e mobilização,

para que Banda Larga traga benefícios para a democratização da informação, e também, para o crescimento econômico do Brasil.

O exemplo que vem da Austrália

Em países asiáticos como a Austrália, o governo está implantando o mais ambicioso projeto de internet de alta velocidade – uma rede de fibra óptica aos lares, em mais de mil cidades e vilarejos, através do investimento de 40 bilhões de dólares, a partir de uma empresa estatal independente, em parceria com o setor privado. De acordo com algumas pesquisas, a estimativa de crescimento do PIB australiano, dado pela Banda Larga é de 1,4% nos primeiros cinco anos a 6% em uma década. Além disso, a ampliação deste projeto, também melhora a eficiência de vários serviços de correspondência, reduz gastos com viagens e fretes, assim reduzindo emissões de carbono em 5%, segundo estudos de 2007.

Ao exemplo de outras batalhas estratégicas para a soberania nacional, como a luta pelo nosso petróleo e a reforma agrária, no cenário atual, a luta pela banda larga se encaixa na construção de um futuro ainda mais forte, uma economia forte, uma sociedade mais justa e uma nação que não será mais alienada ou separada de outras partes do mundo por suas distâncias físicas.

Democratização da comunicação

Sob a organização do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, foi realizado nesta terça-feira, 11, um debate sobre a desprivatização da comunicação no Brasil. Durante o encontro, o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) apresentou a pesquisa “Panorama

da comunicação e das telecomunicações”. O debate também teve a participação do jornalista Paulo Henrique Amorim e do jurista Fabio Konder Comparato, que ressaltou que apesar da constituição brasileira proibir o monopólio, apenas a Rede Globo é dona de 442 empresas no setor. Para todos os palestrantes, ganhar a consciência pública e tornar permanente a discussão sobre a mudança do marco regulatório da comunicação na agenda política é um dos principais atos que impulsionarão o Supremo e a Procuradoria a resolver esta questão.

Ao lançar os três volumes da pesquisa desenvolvida pelo IPEA, Marcio Pochman afirmou que o Instituto de

Pesquisa pretende trabalhar na construção de um “Observatório da Comunicação” para acompanhar a relação do setor com a necessidade de avançar no processo democrático.

Queda do monopólio midiático: Jornal Nacional perde um de cada quatro espectadores

De acordo com informações da Folha de São Paulo, jornal que integra o PIG (Partido da Imprensa Golpista), o Jornal Nacional encerrou 2010 com a pior audiência de sua história, ou seja, com média de 29,8 pontos e 49,3 de share, uma queda de 24% de audiência em relação a 2000: perdendo um de cada quatro espectadores. O ano de 2010, apesar da Copa do Mundo e a eleição, foi o ano representativo no início da queda de monopólio de uma emissora que desde a sua criação, dominava os lares, escolhia presidentes e derrubava técnicos da seleção brasileira, entre outros absurdos.

Representantes de trabalhadores poderão fazer parte do Conselho de Administração de empresas públicas

Uma das principais reivindicações da CUT e do movimento sindical foi atendida pelo Presidente Lula em um dos seus últimos atos à frente da Presidência da República. No dia 29 de dezembro, foi sancionada a lei nº 12.353, que assegura o direito de trabalhadores elegerem um representante do Conselho de Administração de empresas públicas, sociedade de economia mista, subsidiária e suas controladoras em que a União detenha maioria do capital social. O projeto de lei que foi enviado ao Congresso em 2008, afirma que “o representante dos trabalhadores será escolhido entre os empregados ativos, pelo voto direto de seus pares, em eleição

organizada pela empresa em conjunto com as entidades sindicais que os representem”.

Esta demanda do movimento sindical foi levada ao Congresso como uma questão de Estado pelo ex-presidente Lula, que ressaltou que a medida não poderá ser alterada através de mudanças estatutárias da empresa.

Voto direto

O representante será eleito pelo voto direto dos trabalhadores e o processo eleitoral será organizado pelas entidades sindicais e pelas empresas. De acordo com a Lei, o representante dos trabalhadores no con-

selho não poderá participar de “discussões e deliberações que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive materiais de previdência complementar e assistenciais, hipótese em que fica configurado o conflito de interesses”.

Petrobrás

A FUP já cobrou da direção da Petrobrás uma reunião para definir, como e quando, ocorrerá o processo eleitoral que irá eleger o representante dos petroleiros para o Conselho de Administração das empresas do Sistema Petrobrás

Edição 973 – Boletim da FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS Filiada à CUT www.fup.org.br

Av. Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - (21) 3852-5002 imprensa@fup.org.br Edição: Alessandra Murteira - MTB 16763 e Carol Cavassa Projeto gráfico e diagramação: Cláudio Camillo MTB 20478 Carol Cavassa Diretoria responsável por esta edição: Anselmo, Caetano, Chicão, Daniel, Divanilton, Estér, Leopoldino, Machado, Marlúzio, Moraes, Paulo César, Silva, Simão, Sinval e Ubiraney